

A REGIÃO TOCANTINA DO MARANHÃO: EM BUSCA DE UMA CARACTERIZAÇÃO E DEFINIÇÃO

The tocantina region of Maranhão: in search of a characterization and definition

Allison Bezerra Oliveira

Geógrafo. Economista. Doutor em Geografia. Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão – UEMASUL, Brasil.

allisonbzzr@gmail.com

Recebido: 20/06/2025

Aceito: 11/11/2025

Resumo

A Região Tocantina do Maranhão localiza-se na porção sudoeste do estado, sendo composta por 22 municípios, com Imperatriz como principal centro urbano-regional. Situada na divisa com os estados do Pará e Tocantins, a região se estende pelos domínios morfoclimáticos da Amazônia e do Cerrado, sendo marcada por baixos indicadores sociais e econômicos. Sua toponímia tem origem na Bacia Hidrográfica do Rio Tocantins, elemento natural que desempenha papel central na conformação territorial. Compreender sua constituição revela aspectos fundamentais de sua regionalização, tornando-se um instrumento valioso de análise. Nesse sentido, o presente trabalho tem como objetivo analisar a constituição da Região Tocantina do Maranhão à luz de suas especificidades no contexto dos processos de regionalização maranhenses. Para isso, analisa o quadro regional do estado a partir da segunda metade do século XX até os dias atuais, considerando o papel desempenhado por essa região nas transformações ocorridas ao longo do tempo. A análise apoia-se em ampla cartografia, aliada ao exame de informações produzidas por órgãos oficiais, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (IMESC). Os dados apresentados oferecem subsídios valiosos para uma compreensão mais aprofundada da constituição da região sobretudo a partir de dois elementos relevantes: a questão hidrográfica do Rio Tocantins e o papel urbano-regional do principal centro, Imperatriz.

Palavras-chave: Região, Rio Tocantins, Imperatriz, Maranhão.

Abstract

The Region Tocantina do Maranhão is located in the southwest portion of the state, being composed by 22 municipalities, with Imperatriz as main urban-regional center. Located on the border with the states of Pará and Tocantins, the region extends through the morphoclimatic domains of the Amazon and the Cerrado, being marked by low social and economic indicators. Its toponymy originates from the Tocantins River Basin, a natural element that plays a central role in territorial conformation. Understanding its constitution reveals fundamental aspects of its regionalization, becoming a valuable instrument of analysis. In this sense, the present work aims to analyze the constitution of the Tocantina Region of Maranhão in the light of its specificities in the context of the processes of regionalization maranhenses. For this, it analyzes the regional framework of the state from

the second half of the twentieth century to the present day, considering the role played by this region in the transformations that occurred over time. The analysis is based on extensive cartography, combined with the examination of information produced by official bodies such as the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE) and the Maranhense Institute for Socioeconomic and Cartographic Studies (IMESC). The data presented offer valuable subsidies for a deeper understanding of the constitution of the region, especially from two relevant elements: the hydrographic issue of the Tocantins River and the urban-regional role of the main center, Imperatriz.

Keywords: Region, River Tocantins, Imperatriz, Maranhão.

1. INTRODUÇÃO

Considerando a dimensão regional, a construção de um quadro consistente de regionalizações que expressasse as diferenciações e aproximações no território maranhense sempre representou um grande desafio teórico-metodológico. No plano conceitual, definir áreas que levassem em conta os constantes movimentos de desigualdade e modernização nunca foi uma tarefa simples, especialmente ao se considerar as questões ambientais do estado do Maranhão e a própria política pública de desenvolvimento adotada ao longo dos anos.

Nesse cenário, é necessário reconhecer um duplo processo de mudança – não apenas de ordem socioeconômica, mas também político-administrativa – que alterou a geografia do Brasil e, por consequência, a do Maranhão. Esse processo aprofundou diferenças e desigualdades, tornando a leitura do território ainda mais complexa, o que ampliou a necessidade de uma nova divisão regional do país entre a segunda metade do século XX e os primeiros anos do século XXI (IBGE, 2017).

A complexidade inerente à leitura de territórios plurais, como é o caso do Maranhão, evidencia um importante gargalo teórico-metodológico. Esse desafio não se restringe ao estado, mas se estende às estratégias de regionalização que, inevitavelmente, exigem a compreensão de elementos – muitas vezes imateriais – que constituem uma base sólida para a formação de uma determinada região.

Assim, o conceito de região surge como uma forma de compreender o espaço geográfico a partir de sua fragmentação e de suas particularidades, apresentando características relativamente homogêneas e/ou identificáveis. Desde as chamadas regiões naturais até as regiões homogêneas, o “desenho” das regionalizações tem sido considerado como uma forma de compreender, ordenar e planejar o território (Boscariol, 2017; Haesbaert; Pereira; Ribeiro, 2012).

Especificamente a partir da segunda metade do século XX, o estado do Maranhão passa por transformações de ordem socioeconômica que impactam diretamente a organização de seu território e a forma como seus recursos naturais passam a ser “alocados”. Nesse contexto, o estado é inserido em projetos de “integração nacional” promovidos por órgãos regionais de desenvolvimento, a exemplo da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), que o integram a uma nova estrutura produtiva, logo, a um novo lugar na divisão do trabalho (Oliveira; Paz; Pereira, 2021).

Algumas transformações relevantes desse período são a construção da BR-010 (Rodovia Belém-Brasília), a modernização do Porto do Itaqui, a implantação de grandes projetos agromineroexportadores e a construção da Estrada de Ferro Carajás. Tais iniciativas configuraram importantes investimentos federais em infraestrutura que, entre as décadas de 1960 e 1980, alteraram as condições socioeconômicas e ambientais do Maranhão, sem, no entanto, levar à adoção de uma geopolítica proativa por parte do Poder Executivo estadual (IMESC, 2020).

Esses processos que modificaram o território maranhense evidenciam um quadro regional fortemente vinculado a dinâmicas de ocupação e ampliação dos espaços produtivos. Aliado a isso, o acelerado movimento de criação de novos municípios – sobretudo em 1994 – introduziu novos desafios metodológicos para a compreensão das regiões que vêm sendo construídas e representadas no estado.

É nesse contexto que se insere a Região Tocantina do Maranhão, localizada no sudoeste do estado. Objeto central deste trabalho, essa região representa uma área de expressiva extensão territorial, além de ser a base territorial para um importante processo de interiorização da educação superior no Maranhão. Com características próprias, que combinam aproximações e heterogeneidades, a região demanda uma reflexão crítica acerca do seu enquadramento regional, especialmente diante das múltiplas propostas de regionalização já elaboradas e das imprecisões que cercam sua própria definição.

Dessa forma, este trabalho tem como objetivo analisar a constituição da Região Tocantina do Maranhão, diante de suas particularidades no contexto dos processos de regionalização maranhenses. Tal análise se justifica na ausência de discussões que expressem sua caracterização e definição. Para isso, analisa o quadro regional do estado, da segunda metade do século XX até os dias atuais, compreendendo o papel desempenhado pela região nas diversas transformações ocorridas nesse período.

A análise fundamenta-se em ampla cartografia e no exame de dados de órgãos oficiais, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (IMESC). Busca-se, a partir da base cartográfica operacionalizar como a região estudada se apresenta frente a outras regionalizações apresentadas, evidenciando aproximações e diferenciações e até mesmo contradições que são expostas frente as diversas “formas” estabelecidas ao longo do tempo no Maranhão.

São utilizados dados estatísticos dos municípios que compõem a região estudada com o objetivo de apresentar os baixos indicadores socioeconômicos, característicos da área, além dos dados de fluxos em busca de serviços (Comércio, Educação e Saúde) de municípios circunvizinhos em direção ao principal centro urbano da região, Imperatriz a partir do Regic (2020). Além de notícias com menções sobre a “Região Tocantina” em sites na internet com vistas e reiterar o seu papel de compreensão comum por diversos atores e agentes no Maranhão.

Além desta introdução e das considerações finais, o trabalho está dividido em cinco seções. A primeira, intitulada de “Breves apontamentos sobre região e regionalização” aborda a relevância de ambos conceitos para a geografia e o trabalho aqui presente, em “A Região Tocantina do Maranhão”, apresenta a área de estudo e seu contexto local de existência. A segunda seção, “Regionalizações e o Maranhão na segunda metade do século XX”, insere a Região Tocantina no panorama das regionalizações nacionais e estaduais, abordando as zonas fisiográficas, regiões ecológicas, microrregiões geográficas e microrregiões homogêneas. Na terceira seção, “Das gerências regionais e regiões de planejamento às regiões geográficas imediatas”, traça-se um paralelo entre as regionalizações elaboradas por órgãos estaduais e pelo IBGE (2017). Por fim, a última seção busca compreender a Região Tocantina a partir de dois elementos que se revelam centrais: a hidrografia e a cidade-região.

2. BREVES APONTAMENTOS SOBRE REGIÃO E REGIONALIZAÇÃO

Ainda que não exclusivo da geografia, o conceito de região constitui uma categoria de análise crucial para essa ciência. Sua polissemia e incorporação de diversas áreas do conhecimento (Quadro 1) é notável, reflexo das constantes revisões e transformações que o moldaram ao longo do tempo, sobretudo pelas inúmeras correntes do pensamento geográfico que se propuseram a discutir a categoria.

Quadro 1: Indicadores socioeconômicos dos municípios da Região Tocantina do Maranhão.

Conceito	Foco principal	Crítérios de delimitação
Região Metropolitana	Integração funcional e necessidade de gestão conjunta de serviços públicos.	Agrupamento de municípios limítrofes com forte interdependência e funções públicas de interesse comum.
Região Econômica	Semelhança de fatores econômicos e estrutura produtiva.	Características estatísticas comuns (ex: nível de renda, tipo de indústria, base de exportação).
Cluster Econômico	Concentração geográfica de empresas relacionadas e instituições de apoio.	Proximidade física de negócios que competem e cooperam (cadeia produtiva, inovação, infraestrutura).
Região Cultural	Compartilhamento de práticas, crenças e identidades coletivas.	Elementos culturais em comum (língua, religião, tradições, hábitos, folclore) que geram um sentimento de pertencimento.
Regionalidade x região	O processo e a afirmação dinâmica da identidade regional.	Reação a homogeneização cultural, salientando diferenças e oposição (muitas vezes, em contraposição à ideia de nação ou ao poder central).
Região Biogeográfica	Distribuição e evolução de espécies (flora e fauna) e ecossistemas.	"Fronteiras naturais" definidas pela natureza que limitam a distribuição da vida.
Ecorregião	Unidade de comunidades naturais distintas.	Extensa área de terra ou água que contém um conjunto distinto de comunidades naturais, compartilhando espécies, dinâmicas e condições ambientais.
Biorregião	Integração entre natureza e cultura.	Zonas culturais biogeograficamente interpretadas, buscando uma unidade que una o meio natural e as comunidades humanas que vivem nele.
Bloco Econômico ou Região de Integração	Agrupamento de países para fins de política comercial e econômica.	Acordos ou tratados que estabelecem zonas de livre comércio, uniões aduaneiras ou mercados comuns (ex: União Europeia, MERCOSUL).

Fonte: Hoover Jr; Edgar (1971); Richardson (1975); Kayser (1980); Di Bitetti et al (2003); Wallace (2011); Sousa (2009); Souza (2016).

Org.: O autor (2025).

A região pode ser entendida como uma porção do espaço geográfico que se distingue de outras áreas por apresentar um conjunto de características comuns ou uma homogeneidade relativa. Essa homogeneidade pode ser de natureza física (clima, relevo, vegetação), social (cultura, língua, etnia), econômica (atividades produtivas, níveis de desenvolvimento) ou política (limites administrativos, políticas de governo). É importante ressaltar que a região não é uma entidade natural preexistente; ela é, em grande medida, uma construção intelectual e social, um recorte que fazemos no espaço com base em critérios específicos para fins de análise, planejamento ou gestão.

A partir da segunda metade do século XX, o conceito de região geográfica foi alvo de fortes críticas devido às eventuais “falhas” que o conceito eventualmente viesse a apresentar. Para os defensores do conceito, “aquilo que os críticos denominavam vulnerabilidades epistemológicas eram justamente a expressão da riqueza temática e metodológica deste ramo do saber” (Barros, 2024, p. 2).

Albuquerque Jr. (2008) aponta que o conceito de região é pouco debatido e problematizado. Ele argumenta que, embora a história se desenrole na região, não haveria uma "história da região" propriamente dita. Assim, a região é frequentemente vista como um dado histórico já estabelecido, um recorte espacial naturalizado. O autor explica que ela pode ser percebida como uma delimitação natural, político-administrativa ou cultural, mas que não parece ser o resultado de um processo histórico específico.

As regiões são criações humanas, elaboradas para organizar tanto a natureza quanto a sociedade. Por exemplo, na primeira metade do século XIX, geógrafos franceses definiram regiões naturais. Hoje, vemos regiões econômicas, político-administrativas, jurídicas ou morais que organizam a sociedade. As regiões surgem, então, das práticas humanas de dar sentido e ordenar o mundo. Inerente a essa criação, há estratégias de poder, domínio, controle, separação, inclusão e exclusão (Albuquerque Jr., 2008).

Dessa forma, para Souza (2016) reforça a ideia de que a região é uma construção social e histórica, moldada pelos critérios e interesses em jogo. As suas delimitações são resultado de escolhas teóricas e práticas, o que as torna categorias flexíveis. O autor argumenta que não existe uma única maneira legítima de definir uma região, já que os objetivos da análise geográfica influenciam diretamente a forma como o espaço é segmentado. Neste contexto, a região é uma construção espacial que resulta de articulações e fluxos, funcionando mais como um "efeito de rede" do que uma unidade geográfica fixa.

Haesbaert (2010a) enfatiza que, para compreender a região, é crucial considerar simultaneamente os processos de regionalização. O autor sugere três abordagens principais para lidar com esses conceitos e, posteriormente, propõe uma nova perspectiva, ressaltando que o método de regionalização pode mudar conforme os objetivos da pesquisa. No primeiro caminho, denominado região como artifício, a regionalização serve como uma ferramenta de análise, focada no pesquisador, na investigação e nos métodos empregados. Isso permite regionalizar com base em qualquer variável relevante. O segundo caminho, a região como fato, vê a regionalização como um instrumento de práticas concretas, ou seja, como os diferentes grupos sociais utilizam seus espaços vivenciados no dia a dia. Por fim, o terceiro caminho, a região plano/normativa, refere-se à regionalização em um sentido "pragmático-político", funcionando como uma ferramenta para ação e planejamento de intervenções.

Pensar em região, portanto, significa antes de tudo considerar os processos de regionalização. Isso pode ser feito focando-se neles como um simples procedimento

metodológico ou instrumento de análise proposto pelo pesquisador, ou a partir das dinâmicas espaço-temporais efetivamente vividas e produzidas pelos grupos sociais. Em outras palavras, essa abordagem se fundamenta em uma "regionalidade" que vai além de uma mera propriedade teórica para definir o regional. É fundamental enfatizar que, ao incorporar o espaço como dimensão primária, isso não implica que ele seja separado ou separável dos sujeitos que o constroem. A regionalização deve estar sempre integrada a uma análise que foca na ação dos sujeitos que produzem o espaço e nas interações que eles estabelecem (Haesbaert, 2010b).

Desta forma, regionalizar, em seu sentido mais amplo e de acordo com uma de suas raízes etimológicas, significa "recortar" o espaço ou traçar linhas nele. Isso implica reconhecer a natureza regional mesmo em tempos e processos de globalização. Assim, a regionalização e a própria região são vistas como um processo de constante rearticulação, gerando a propriedade de "ser" regional, ou seja, a regionalidade. Que aqui será expressa a partir da Região Tocantina do Maranhão.

3. A REGIÃO TOCANTINA DO MARANHÃO

A Região Tocantina do Maranhão (Figura 1) está localizada na porção sudoeste do estado e é composta por 22 municípios, com uma população total aproximada de 780 mil habitantes. Imperatriz é o seu principal centro urbano-regional, concentrando mais de 285 mil habitantes, enquanto Ribamar Fiquene é o município menos populoso, com cerca de 7.420 habitantes (IBGE, 2025).

Limitada pelos estados do Pará e Tocantins, a região apresenta baixos indicadores sociais e econômicos (quadro 2) e abrange os domínios morfoclimáticos da Amazônia e do Cerrado. Sua toponímia tem origem na Bacia Hidrográfica do Rio Tocantins, elemento natural que desempenhou papel fundamental na constituição de vilas, povoados e cidades. Inevitavelmente, a Região Tocantina do Maranhão apresenta-se sob o recorte da influência seja ela natural ou cultural do rio Tocantins sobre municípios do estado do Maranhão.

Com base no quadro 1, pode-se observar a alta concentração de renda a partir da média do índice de Gini (0,53) dos municípios que compõem a região. Quando observado a média dos percentuais de trabalhadores com empregos formais, este chega a apenas 9%, o indicador se soma a média salarial dos municípios que alcança apenas os 1,8 salário mínimo. Estes dados se somam ao fato de que, 47% de toda a população vive com até meio salário mínimo.

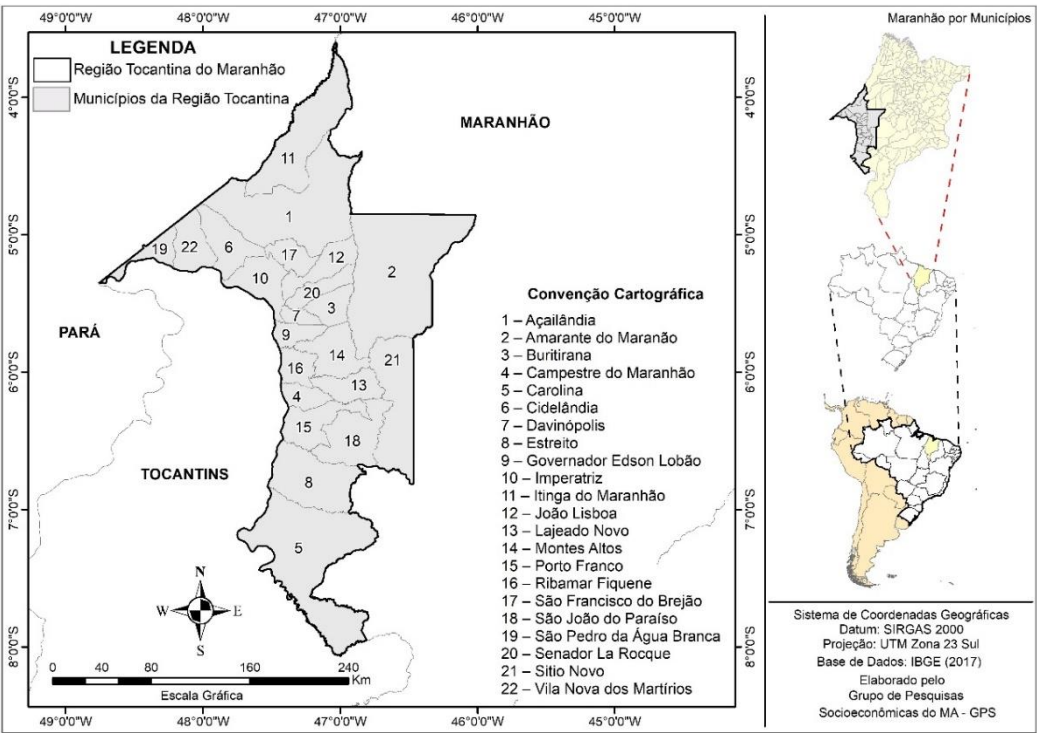


Figura 1 – Localização da Região Tocantina do Maranhão, MA.
Fonte: IBGE (2017).
Elaboração: O autor (2025).

Quadro 2: Indicadores socioeconômicos dos municípios da Região Tocantina do Maranhão.

Municípios	Índice de Gini (2020)	Salário médio mensal dos trabalhadores formais (2020)	População ocupada (2020)	População com rendimento mensal per capita de até 1/2 salário mínimo (2020)
Açailândia	0,56	2,2	14,50%	43,40%
Amarante do Maranhão	0,59	1,7	3,8%	51,30%
Buritirana	0,5	2,4	3,20%	49,90%
Campestre do Maranhão	0,48	1,9	12,00%	42,30%
Carolina	0,55	1,7	11,40%	46%
Cidelândia	0,47	2,4	5,50%	46,50%
Davinópolis	0,45	1,2	17,30%	44,30%
Estreito	0,56	1,7	8,70%	39,20%
Governador Edison Lobão	0,46	1,7	11,70%	42,50%
Imperatriz	0,56	2	25%	37,40%
Itinga do Maranhão	0,52	1,8	10,90%	47,80%
João Lisboa	0,44	1,6	7,20%	45,50%
Lajeado Novo	0,6	2	3,90%	52,60%
Montes Altos	0,56	1,5	4,80%	54,60%
Porto Franco	0,57	2,2	10%	41,90%
Ribamar Fiquene	0,57	1,8	7,90%	47,40%
São Francisco do Brejão	0,51	2,1	4,30%	48,80%
São João do Paraíso	0,53	2,1	6,50%	52,10%
São Pedro da Água Branca	0,53	1,9	5,70%	46,90%

Senador La Rocque	0,53	1,6	6,10%	48,10%
Sítio Novo	0,59	1,9	8,70%	57,70%
Vila Nova dos Martírios	0,45	2	8,80%	46,90%

Fonte: IBGE (2025).

Elaboração: O autor (2025).

Durante muitos anos, a área foi marcada pelo isolamento terrestre, uma vez que os fluxos de pessoas e mercadorias ocorriam, majoritariamente, por meio da navegação fluvial. Embora não seja possível precisar uma data para o surgimento da nomenclatura da região nem mesmo do entendimento acerca de sua área de abrangência, vale destacar o papel simbólico e cultural exercido pelo Rio Tocantins sobre os municípios de sua bacia hidrográfica.

As tentativas de superar o isolamento terrestre da região remontam a séculos passados, a movimentos de modernização que já em 1875 designavam a “região tocantina” como ponto estratégico para a conexão de um futuro modal ferroviário. Projetos como os trechos Barra do Corda–Carolina e Coroatá–Carolina previam um ramal com destino a Imperatriz e ao que viria a ser a cidade de Porto Franco, dado o papel logístico da região (Franklin, 2008; Viveiros, 1992).

Ao longo dos anos seguintes, já no final do século XIX, as cidades de Imperatriz e Carolina passaram a se destacar como entroncamentos comerciais às margens do Rio Tocantins, tornando-se, por extensão, sinônimos da própria Região Tocantina, devido à relevância econômica que exerciam de ambos os lados do rio.

Nesse contexto, embora a Região Tocantina do Maranhão seja referida em diversos estudos – como os de Sousa (2009), Oliveira e Silva (2023) e Santos (2024) – e reconhecida socialmente por sua população, ela não é resultado de uma regionalização formalizada por nenhum órgão oficial, seja em nível federal, estadual¹ ou municipal.

A existência da região como unidade institucionalizada consta apenas na delimitação da área de abrangência da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL), criada pela Lei nº 10.525, de 3 de novembro de 2016. Vale destacar, contudo, que a lei dispõe sobre a criação da universidade, com sede em Imperatriz, e não sobre a constituição formal da região enquanto unidade territorial reconhecida oficialmente.

Todavia, há de se destacar sua existência enquanto “fato social” na medida em que pode se observar sua existência a partir de suas dinâmicas sociais, políticas e econômicas

¹ Ao contrário, por exemplo, do estabelecido no Decreto nº 1.066, de 19 de junho de 2008, do Estado do Pará, que criou a Região Tocantina do Pará, compreendendo os municípios de Abaetetuba, Acará, Baião, Barcarena, Cametá, Igarapé-Miri, Limoeiro do Ajuru, Mocajuba e Moju.

que moldam de forma comum o território que compõem sua área, influenciando desta forma, a forma como as pessoas interagem, se organizam e se referem a Região Tocantina enquanto espaço.

Ao observar menções² diversas de notícias maranhenses sobre a “Região Tocantina” (Quadro 3) reitera-se a compreensão popular enquanto área que congrega não apenas aproximações e diferenciações, mas também, que representa de forma clara sua existência que é compreendida enquanto construção social na medida que resulta de práticas por parte das pessoas, a partir das relações de poder dos diversos Governos que atuam.

Quadro 3: Menções diversas sobre a Região Tocantina do Maranhão na internet.

Notícia	Origem
Governo do Maranhão terá sede em Imperatriz e reforça presença na Região Tocantina	21/05/2025 - Jornal O Imparcial
Crise na Região Tocantina se agrava três meses após queda da ponte entre Maranhão e Tocantins	01/04/2025 - Jornal O Imparcial
Governo do Maranhão vistoria obras do Hospital da Região Tocantina	07/05/2024 - Agência de notícias do Governo do Estado
Maranhão amplia serviços de ressonância magnética na Região Tocantina	20/10/2024 - Agência de notícias do Governo do Estado
Governo atende população de 16 municípios da Região Tocantina com mutirão de cirurgias oftalmológicas em Imperatriz	12/06/2023 - Agência de notícias do Governo do Estado
Governo intensifica procedimentos cirúrgicos de pterígio e catarata na Região Tocantina	24/04/2023 - Agência de notícias do Governo do Estado do Maranhão
Governador visita Salão do Livro e obras de hospital na Região Tocantina	16/10/2022 - Agência de notícias do Governo do Estado do Maranhão
Governador Flávio Dino acelera desenvolvimento da Região Tocantina com entregas e anúncio de obras	04/03/2022 - Agência de notícias do Governo do Estado do Maranhão
Referência na Região Tocantina , Hospital Macrorregional de Imperatriz completa 5 anos de funcionamento	03/09/2021 - Secretaria do Estado de Saúde do Maranhão
Municípios realizam Conferências Municipais de Educação na Região Tocantina	07/02/2018 - Site do Conselho Nacional de Secretários de Educação
Construção de 12 escolas na Região Tocantina vai atender mais de 3.300 alunos	22/08/2017 - Jornal O Imparcial
Diretoria da Subseção da OAB de Imperatriz é empossada em solenidade prestigiada por advogados da Região Tocantina	25/01/2016 - Site da OAB Maranhão

Fonte: Sítios de notícias diversos (2025).

Elaboração: O autor (2025).

As ações expressas nas diversas menções apontam para a compreensão comum não apenas do Estado quanto a existência da Região Tocantina por meio de suas estratégias e políticas de gestão do território, mas também por jornais e outras entidades que reforçam como é reconhecido tal espaço.

² O número de menções pode ser elevado exponencialmente a partir de uma busca simples na internet.

Outro marco relevante, sob o aspecto da ação política por parte do Estado para tal região foi a criação da Região Metropolitana do Sudoeste Maranhense (RMSM), instituída por meio da Lei Complementar Estadual nº 89, de 17 de novembro de 2005, como unidade organizacional geoeconômica, social e cultural do estado. À época, a RMSM era composta por oito municípios: Buritirana, Davinópolis, Governador Edison Lobão, Imperatriz, João Lisboa, Montes Altos, Ribamar Fiquene e Senador La Rocque (Maranhão, 2005).

Posteriormente, a RMSM foi reformulada pela Lei Complementar Estadual nº 204, de 12 de dezembro de 2017, que incorporou os seguintes municípios: Açailândia, Amarante do Maranhão, Campestre do Maranhão, Carolina, Cidelândia, Estreito, Itinga do Maranhão, Lajeado Novo, Porto Franco, São Francisco do Brejão, São João do Paraíso, São Pedro da Água Branca, Sítio Novo e Vila Nova dos Martírios. Com isso, a RMSM passou a abranger os mesmos 22 municípios que compõem a Região Tocantina (Maranhão, 2017).

Há, inevitavelmente, uma dualidade em torno da regionalização da Região Tocantina do Maranhão. Isso porque, embora ela exista social, econômica e culturalmente – além de configurar a área de abrangência de uma Instituição de Ensino Superior que leva seu nome –, não há uma lei que a institua formalmente como região. As leis estaduais complementares nº 89/2005 e nº 204/2017 formalizam a área como uma região metropolitana, mas sob a toponímia relacionada à sua localização geográfica, “sudoeste maranhense”, e não em alusão ao papel simbólico e geográfico da Bacia do Rio Tocantins.

Apesar de sua existência e relevância no quadro regional maranhense, a constituição da Região Tocantina, diante da ausência de institucionalização formal, ainda sofre com algumas imprecisões. Um exemplo disso está em interpretações como a de Alves e Nóbrega (2018, p. 5), que afirmam que “a microrregião de Imperatriz é denominada de Região Tocantina Maranhense, decorrente do fato do rio Tocantins, além de passar por seu principal sítio urbano, Imperatriz, ainda atravessa os municípios de Carolina, Estreito e Porto Franco”.

A dificuldade em institucionalizar regionalizações no Maranhão não é algo recente. Ela decorre, em grande parte, da fragilidade na construção de referenciais teórico-metodológicos sólidos, capazes de sustentar as múltiplas diferenciações e aproximações que se apresentam no território. Assim, ao longo do tempo, “cada órgão criou e usa a sua própria regionalização” (IMESC, 2020, p. 7) o que, por sua vez, não desqualifica a concretude da existência da Região Tocantina do Maranhão.

4. REGIONALIZAÇÕES E O MARANHÃO NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XX

Na década de 1960, quando o Maranhão contava com 129 municípios³, a fisiografia era o principal critério utilizado pelo IBGE para compor o quadro regional do estado. Assim, elementos da natureza – como vegetação, hidrografia e relevo – assumiam papel central nas propostas de regionalização. Nesse contexto, o Maranhão foi dividido em 23 zonas fisiográficas (Figura 2).

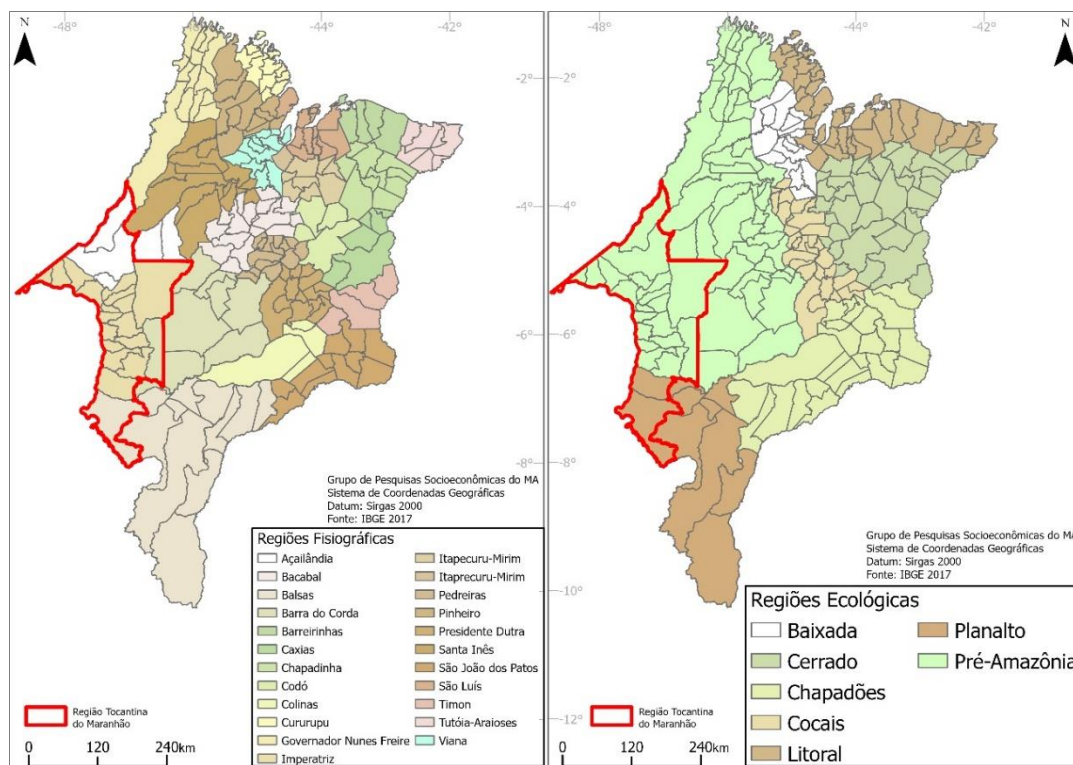


Figura 2 – Zonas fisiográficas e regiões ecológicas do Maranhão.

Fonte: IBGE (2017). Elaboração: O autor (2025).

O modelo de regionalização por zonas fisiográficas, oficializado em 1960, foi fruto de estudos iniciados no Brasil ainda em 1942. Ele expressa não apenas uma leitura detalhada da natureza, mas também as transformações regionais intensificadas naquele período, marcadas pela expansão da lógica produtiva nacional. Essa dinâmica se consolidou a partir do Plano de Metas (1956-1961), do governo Juscelino Kubitschek, que promoveu a integração territorial por meio da exploração de recursos naturais no país.

No âmbito dessa regionalização, a Região Tocantina do Maranhão se estende por três regiões fisiográficas distintas. A primeira é a região fisiográfica de Açailândia, composta por cinco municípios, dos quais apenas Açailândia, Itinga do Maranhão e São Francisco do Brejão integram a Região Tocantina. A segunda é a região fisiográfica de Imperatriz, que

³ Atualmente, o estado do Maranhão possui 217 municípios.

abrange 17 municípios: Amarante do Maranhão, Buritirana, Campestre do Maranhão, Cidelândia, Davinópolis, Estreito, Governador Edison Lobão, Imperatriz, João Lisboa, Lajeado Novo, Montes Altos, Porto Franco, Ribamar Fiquene, São João do Paraíso, São Pedro da Água Branca, Senador La Rocque e Vila Nova dos Martírios. Por fim, há dois municípios dessa região alocados em regiões fisiográficas diferentes: Carolina, inserido na região de Balsas, e Sítio Novo do Maranhão, pertencente à região de Barra do Corda.

Nessa mesma década, a Superintendência de Desenvolvimento do Maranhão (SUDEMA) apresentou a proposta das Regiões Ecológicas (Figura 2), que dividia o estado em sete grandes áreas. Essa proposta, apesar de valorizar a divisão do território com base nos biomas – em um momento em que o país buscava integrar suas regiões por meio da exploração e transporte de matérias-primas para o Centro-Sul industrializado —, acabou sendo limitada. Isso porque não considerava as dinâmicas sociais e econômicas que moldavam o espaço maranhense, ignorando relações de subordinação, fluxos e particularidades da organização territorial do estado.

Embora não seja reconhecida como uma unidade autônoma dentro dessa proposta, a Região Tocantina do Maranhão aparece quase totalmente incorporada à região ecológica da pré-Amazônia, em virtude de suas características naturais. Essa região, por sua vez, englobava 62 municípios do estado, configurando uma delimitação baseada predominantemente em elementos físico-naturais, sem, contudo, considerar de forma aprofundada os vínculos históricos, econômicos e culturais que estruturam as diferentes porções do território.

Ainda na década de 1960, mais precisamente em 1968⁴, o IBGE instituiu uma nova forma de regionalização, as Microrregiões Homogêneas (Figura 3), classificando o Maranhão em 16 unidades. A proposta considerava semelhanças físicas, sociais e econômicas entre os municípios, tendo “[...] como estímulo central o conhecimento das diferenças e desigualdades regionais com vistas à unificação do mercado, em um País que se urbanizava e se industrializava rapidamente” (IBGE, 2017, p. 18).

Nas microrregiões homogêneas, os municípios que compõem a área da Região Tocantina estão, em sua maioria, inseridos na Microrregião Homogênea de Imperatriz (19 municípios). Já Estreito e Carolina integram a Microrregião Homogênea da Chapada do Sul Maranhense, enquanto Sítio Novo do Maranhão pertence à Microrregião Homogênea do Alto Mearim e Grajaú.

⁴ Os estudos que fundamentaram essa regionalização tiveram início na década de 1940, sendo posteriormente revisados e oficialmente lançados em 1968.

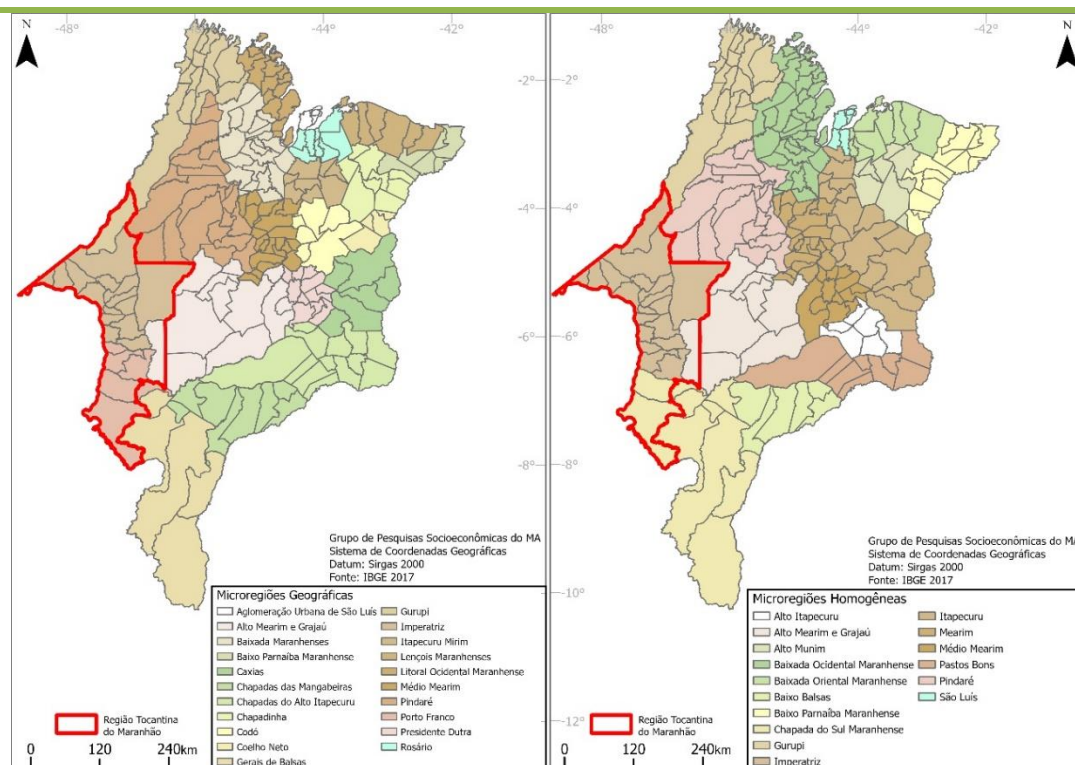


Figura 3 – Microrregiões Geográficas e Microrregiões Homogêneas do Maranhão.

Fonte: IBGE (2017).

Elaboração: O autor (2025).

Apesar de aparentemente mais estável em relação aos aspectos naturais – logo, mais adequada à comparação de dados estatísticos em determinados períodos –, a homogeneidade natural ou física mostrou-se insuficiente para sustentar, cientificamente, a análise de aspectos humanos e econômicos de uma determinada área. Isso acabou por demandar novas propostas de regionalização (Galvão; Faissol, 1969; IBGE, 2017).

Já na década de 1970, diante das transformações sociais, políticas e econômicas em curso no país, as matrizes metodológicas da geografia teórica-quantitativa – fundamentadas na localização espacial e na análise estatística – contribuíram para evidenciar as fragilidades ou desgastes das regiões naturais, exercendo papel significativo nos debates regionais no Brasil. Esse referencial foi fundamental para a compreensão das relações de centralidade e polarização entre os centros urbanos, articuladas por suas hinterlândias e impulsionadas, sobretudo, pelas atividades terciárias na organização do espaço regional (Contel, 2014; Magnago, 1995; IBGE, 2017).

As contribuições teórico-metodológicas da década de 1970, aliadas aos estudos do IBGE em 1980, permitiram que, em 1989, fossem lançadas oficialmente as mesorregiões e microrregiões geográficas (Figura 3). As Microrregiões Geográficas, consideradas partes das Mesorregiões, foram definidas a partir das especificidades da estrutura produtiva regional.

No Maranhão, foram identificadas 21 microrregiões geográficas. Mais uma vez, a área da Região Tocantina aparece dividida entre diferentes unidades: a Microrregião de Imperatriz, composta por 16 municípios; a Microrregião de Porto Franco, composta por 5 municípios; a Microrregião do Gurupi, que inclui Itinga do Maranhão; e a Microrregião do Alto Mearim e Grajaú, da qual faz parte Sítio Novo do Maranhão.

Essa forma de regionalização permaneceu vigente no Maranhão pelos anos seguintes, mesmo com o estado adotando suas próprias delimitações, como as gerências regionais e as regiões de planejamento, até a implementação das Regiões Geográficas Imediatas, em 2017.

5. DAS GERÊNCIAS REGIONAIS E REGIÕES DE PLANEJAMENTO ÀS REGIÕES GEOGRÁFICAS IMEDIATAS

Dentre as regionalizações instituídas pelo Estado do Maranhão nas últimas décadas, destaca-se a criação das Gerências Regionais Administrativas (GRAs), expresso na figura 4, estabelecidas pela Lei nº 7.356, de 1998 (Maranhão, 1998), com vigência de apenas quatro anos que tinham por estratégia metodológica a regionalização de áreas a partir de um principal centro administrativo que concentrasse a maioria dos serviços públicos estaduais e a partir daí coordenar ações dentro das regiões. Entre os fatores que levaram à descontinuidade das GRAs estão: “extensão e distância entre as sedes municipais que compunham cada unidade regional; precariedade do sistema viário existente e concentração direta das decisões de cada região, que dependiam da centralização do poder executivo” (IMESC, 2020, p. 12).

Nessa configuração, a Região Tocantina é parcialmente incorporada às gerências regionais de Açailândia, Imperatriz, Balsas e Barra do Corda. Na GRA de Açailândia estão incluídos seis municípios: Açailândia, Cidelândia, Itinga do Maranhão, São Francisco do Brejão, São Pedro da Água Branca e Vila Nova dos Martírios. Já a GRA de Imperatriz aparece com 12 municípios: Amarante do Maranhão, Buritirana, Campestre do Maranhão, Davinópolis, Imperatriz, João Lisboa, Lajeado Novo, Montes Altos, Porto Franco, Ribamar Fiquene, São João do Paraíso e Senador La Rocque. O município de Carolina aparece vinculado à GRA de Balsas, e Sítio Novo do Maranhão, à GRA de Barra do Corda.

Em 2007, o Estado do Maranhão, por meio da Lei Complementar nº 8.717, de 21 de novembro, apresentou uma nova proposta de regionalização, dividindo o estado em 32 Regiões de Planejamento (Figura 4). Embora não tenha sido formalmente revogada, essa divisão não chegou a ser efetivamente aplicada. A metodologia adotada nessa proposta

baseava-se em “características ambientais, vocações produtivas e dinamismo das regiões, relações socioeconômicas e culturais estabelecidas entre as cidades, regionalização político-administrativa e malha viária existente” (Maranhão, 2007, p. 1).

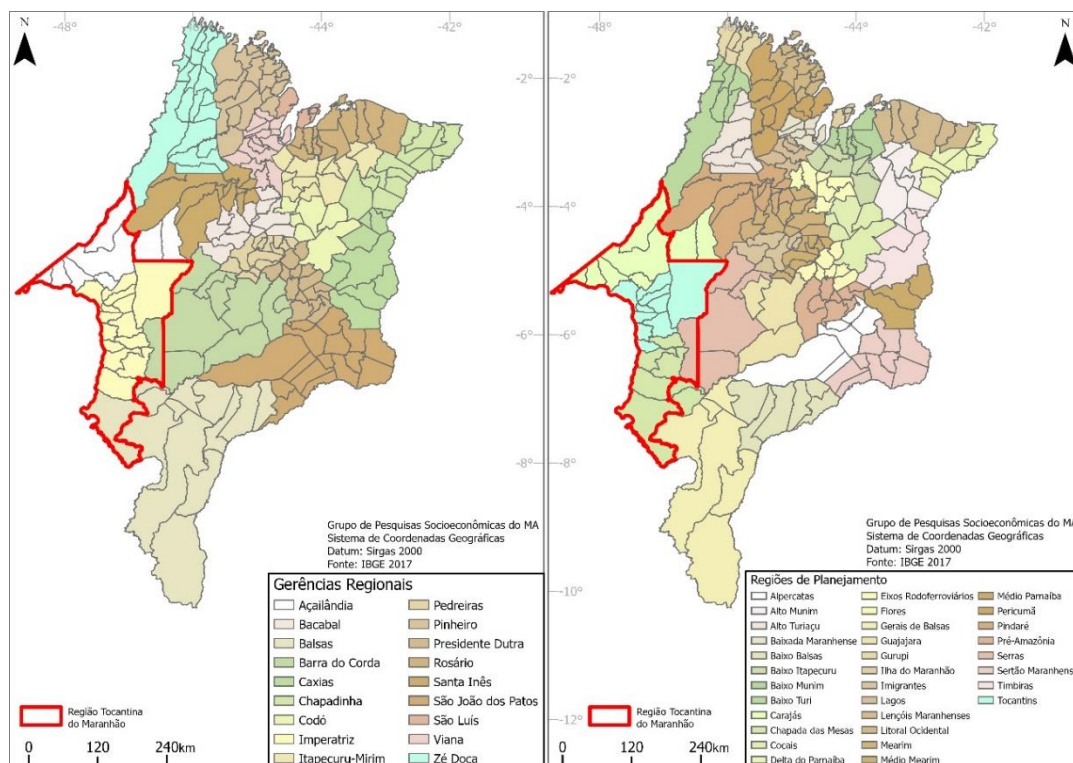


Figura 4 – Gerências Regionais e Regiões de Planejamento do Maranhão.

Fonte: IBGE (2017); IMESC (2020).

Elaboração: O autor (2025).

Nessa divisão, a Região Tocantina aparece fragmentada em quatro Regiões de Planejamento: Carajás, Tocantins, Chapada das Mesas e Serras. A Região de Carajás é composta pelos municípios de Açailândia, Bom Jesus das Selvas, Buriticupu, Cidelândia, Itinga do Maranhão, São Francisco do Brejão, São Pedro da Água Branca e Vila Nova dos Martírios. Já a Região do Tocantins abrange os seguintes municípios: Amarante do Maranhão, Buritirana, Davinópolis, Governador Edison Lobão, Imperatriz, João Lisboa, Montes Altos, Ribamar Fiquene e Senador La Rocque. A Região da Chapada das Mesas inclui Campestre do Maranhão, Carolina, Estreito, Lajeado Novo, Porto Franco e São João do Paraíso. Por fim, o município de Sítio Novo do Maranhão aparece vinculado à Região das Serras.

Embora não tenham perdurado, essas regionalizações se chocaram com a proposta do IBGE (2017) que instituiu as Regiões Geográficas Imediatas (Figura 5) e Intermediárias em substituição às antigas Microrregiões e Mesorregiões Geográficas.

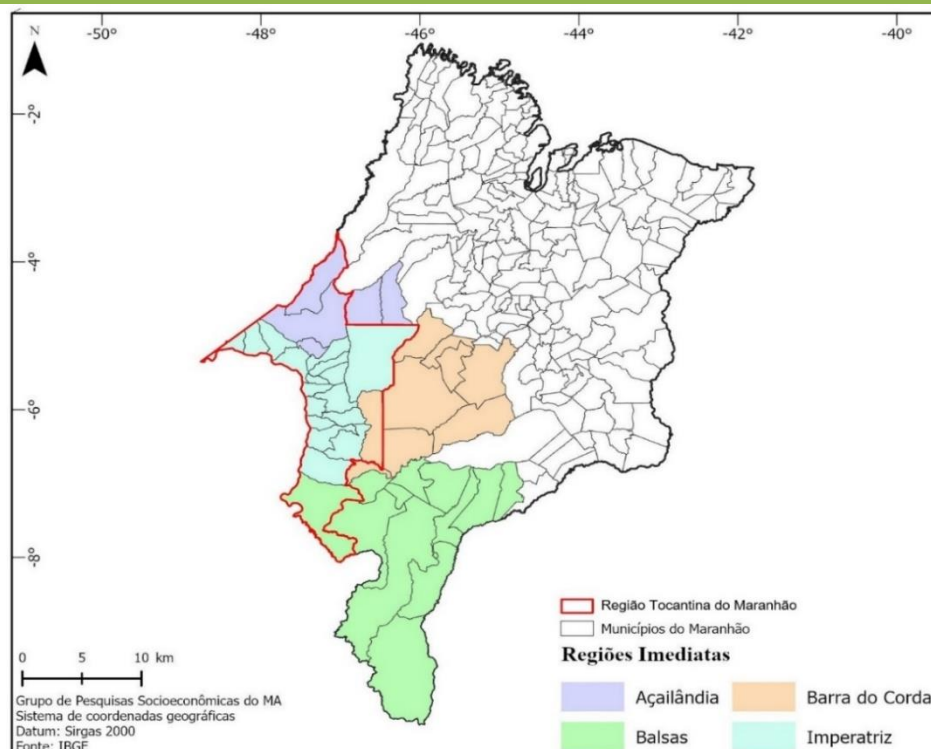


Figura 5 – Região Geográfica Intermediária de Imperatriz.

Fonte: IBGE (2017).

Elaboração: O autor (2025).

Essa nova regionalização tem na rede urbana – e, portanto, no papel desempenhado pelos centros urbanos – seu principal elemento de referência. Nesse contexto, as regiões foram estruturadas com base nas relações de dependência entre centros próximos, considerando a satisfação das demandas imediatas das populações, tais como o acesso a bens de consumo, trabalho, educação, saúde e serviços públicos, entre outros.

De acordo com o IBGE (2017), a metodologia adotada na definição desses recortes regionais teve como ponto de partida os conceitos de território-rede e território-zona, os quais evidenciam a pluralidade das formas de interpretar o espaço e sua relação com os sujeitos sociais.

O território-zona pode ser compreendido a partir dos fluxos e fixos e da continuidade espacial, como nos arranjos populacionais de áreas compostas por municípios contíguos que compartilham fluxos diversos – deslocamentos para o trabalho, ou em busca de serviços de saúde e educação, por exemplo. Já o território-rede refere-se às centralidades estabelecidas entre centros urbanos nas dinâmicas intra e inter-regionais (Haesbaert, 2010; Ribeiro, 2001).

O papel dos principais centros, a partir da força gravitacional que exercem sobre as áreas ao seu redor, constitui um instrumento essencial nessa proposta de regionalização. Em particular, destaca-se o papel de Imperatriz sobre toda a porção sul do estado do

Maranhão, o que justifica a denominação da Região Geográfica Intermediária que leva seu nome. Desse modo, a Região Tocantina do Maranhão se configura como uma zona de interseção entre quatro regiões imediatas: a de Imperatriz (em sua totalidade); a de Açailândia (abrangendo Itinga do Maranhão, São Francisco do Brejão e Açailândia); a de Barra do Corda (incluindo Sítio Novo do Maranhão); e a de Balsas (onde está o município de Carolina).

Diante disso, é importante destacar casos como o do município de Sítio Novo do Maranhão, que, embora faça parte da Região Imediata de Barra do Corda, mantém vínculos históricos com a Região Tocantina; e o município de Carolina, também relacionado tradicionalmente a essa região, embora pertença à Região Imediata de Balsas.

Os aspectos teórico-metodológicos que envolvem a constituição contemporânea da Região Tocantina ainda apresentam certa indefinição, sobretudo pela ausência de uma legislação específica que estabeleça critérios claros de delimitação. Ainda assim, é essencial discutir os aspectos da formação territorial e da hidrografia local, a fim de entender outras nuances da região.

6. HIDROGRAFIA E A CIDADE-REGIÃO

A hidrografia desempenha um papel fundamental na composição da Região Tocantina do Maranhão, não apenas por dar origem à sua toponímia ou por ter influenciado o surgimento e o desenvolvimento socioeconômico das primeiras vilas e cidades às margens do Rio Tocantins. Mais do que isso, a presença da Bacia Hidrográfica do Tocantins constitui um elemento analítico central para a compreensão da região, funcionando, em muitos casos, como critério lógico de pertencimento territorial.

Ao utilizar a questão hidrográfica como critério, diferentemente da regionalização conhecida e aqui expressa, Santos (2024, p.130) considera

Região Tocantina do Maranhão o espaço formado pelos municípios banhados pelo rio Tocantins no território maranhense, como principalmente, Estreito – MA; Porto Franco – MA; Campestre – MA; Ribamar Fiquene – MA; Governador Edison Lobão – MA; Davinópolis – MA; Imperatriz – MA; Cidelândia – MA; São Pedro da Água Branca; e Vila Nova dos Martírios – MA.

O Maranhão possui 20 municípios inseridos na Bacia Hidrográfica do Rio Tocantins (Figura 6), dos quais 17 fazem parte da Região Tocantina. Os municípios de Feira Nova do Maranhão, Riachão e São Pedro dos Crentes, embora façam parte da bacia, não compõem a referida região. Por outro lado, Itinga do Maranhão, Açailândia e São Francisco do Brejão, que pertencem exclusivamente à Bacia do Rio Gurupi, estão incluídos na Região Tocantina.

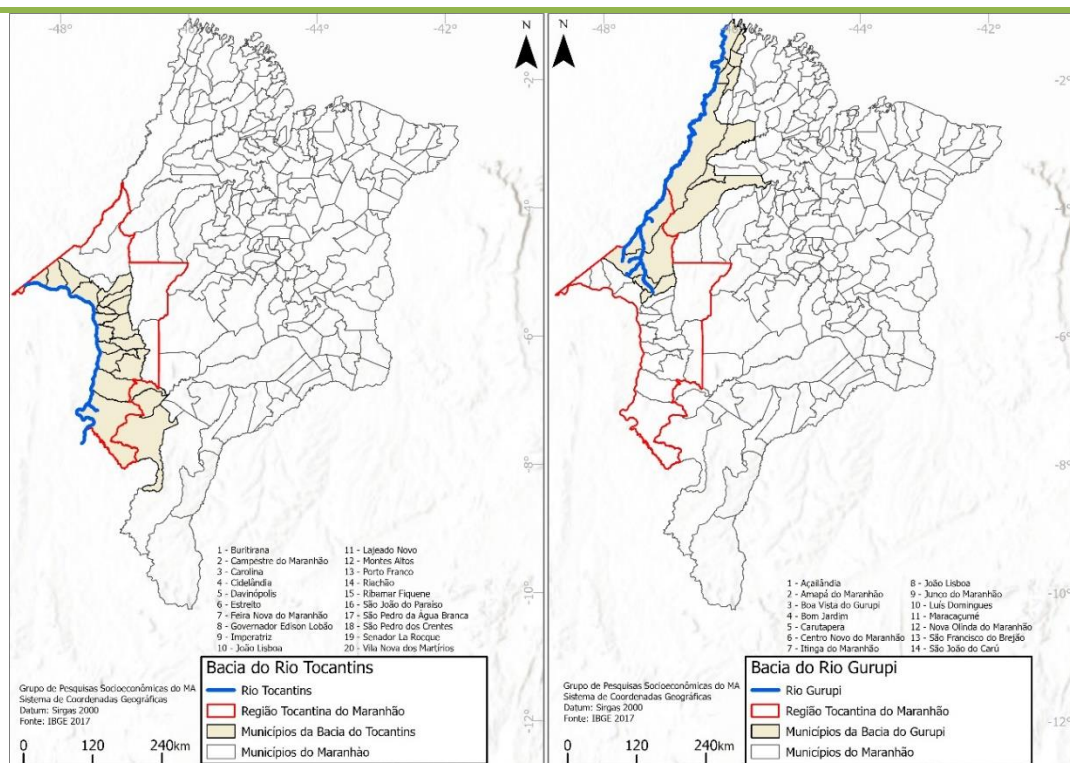


Figura 6 – Municípios da Bacia Hidrográfica do Rio Tocantins e do Rio Gurupi.

Fonte: IBGE (2017).

Elaboração: O autor (2025).

Ao instituir as 32 regiões de planejamento, por meio da Lei Complementar nº 8.717/2017, o próprio Estado do Maranhão definiu a chamada Região de Planejamento do Tocantins – e não “Região Tocantina”. Nessa configuração, foram incluídos apenas nove municípios: Imperatriz, João Lisboa, Senador La Rocque, Davinópolis, Buritirana, Governador Edison Lobão, Ribamar Fiquene, Montes Altos e Amarante do Maranhão.

Amarante do Maranhão e Sítio Novo do Maranhão não integram a Bacia do Tocantins, mas aparecem como parte da Região Tocantina. Isso indica que a hidrografia, apesar de ser um elemento inicialmente relevante, não foi um critério obrigatório para a delimitação da área. Tal perspectiva está alinhada ao que destaca Sousa (2009, p. 14), ao afirmar que:

[...] o rio Tocantins, nesse sentido, é compreendido como um dos principais elementos no processo de definição desta região. Porém, compreende-se que esta definição ultrapassa as conformações naturais da região, uma vez que agrega as relações sociais, políticas, econômicas, demográficas e culturais (Sousa, 2009, p. 14).

Essa compreensão evidencia a centralidade da cidade de Imperatriz na configuração da Região Tocantina do Maranhão. Conforme argumenta Sousa (2009), a cidade não pode ser entendida de forma isolada, uma vez que mantém estreitas relações com a região em que está localizada. “Assim, ela surge nesse processo, como mediadora no entendimento

que se busca fazer sobre a referida região. Trata-se, pois, do caráter dialético que envolve a cidade e a região” (Sousa, 2009, p. 13).

Dessa forma, estabelece-se uma convergência entre cidade e região, em um processo que remete ao que Santos (2005) chamou de “cidade-região”. Essa configuração refere-se a uma unidade espacial articulada em torno de um centro urbano com capacidade de polarização sobre uma ampla área composta por cidades menores. A cidade-região passa a ser definida pelo processo de urbanização e pela influência exercida sobre um conjunto de cidades conectadas pela rede urbana, cuja integração se consolida com o aumento dos fluxos de pessoas, mercadorias, insumos e informações (Santos, 2005).

Desta forma, foram selecionados dados de origem de destino de fluxos de Pessoas em busca de serviços de saúde, educação superior e comércio (Figura 7) a partir do Índice de Atração (IA) dos municípios dentro de uma rede urbana estadual, o *REG/IC* 2018 (IBGE, 2020).

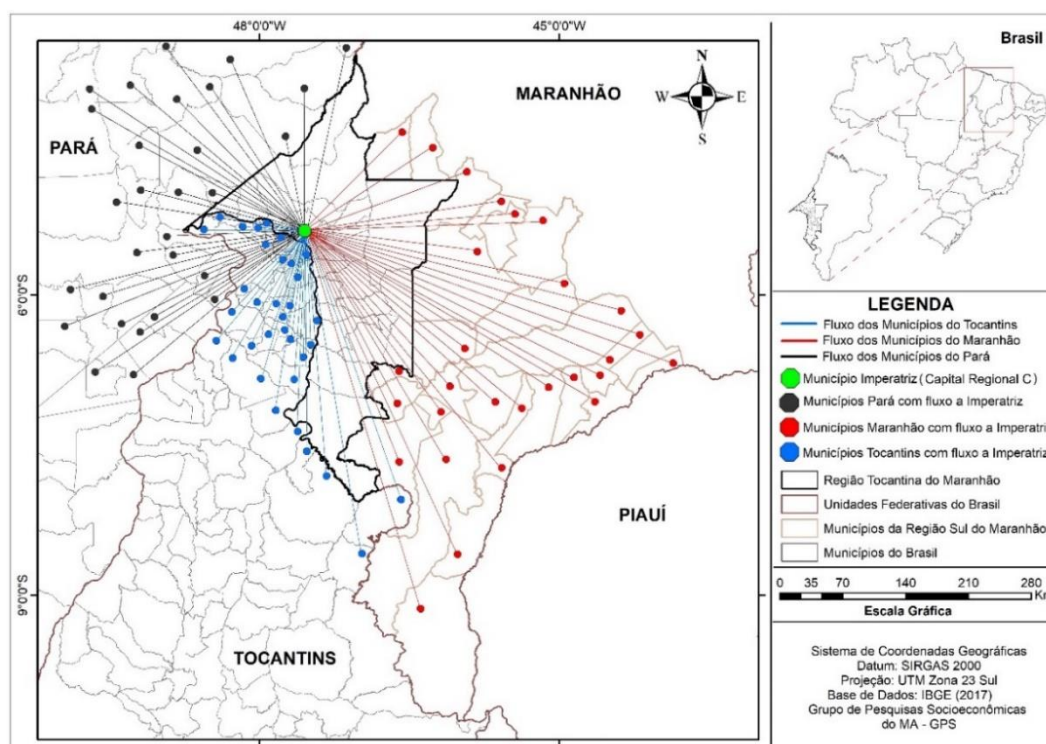


Figura 7 – Centralidade urbano-regional do município de Imperatriz, MA, exercida na região.

Fonte: IBGE (2020).

Elaboração: O autor (2025).

Neste caso, as articulações do espaço intraurbano de Imperatriz com o seu espaço regional se concentram nos municípios na Região Tocantina pela intensidade de fluxos de bens, serviços e pessoas, todavia, se expandem para toda uma Região Geográfica

Intermediária que leva seu nome definida pelo IBGE em 2017. Ademais, cabe destacar que o papel da cidade se estende a municípios vizinhos dos estados do Tocantins e Pará.

No Maranhão, esse índice contribui para reiterar o papel de centralidade e relevância de muitas cidades dentro do quadro urbano-regional. Quando observado o IA tendo em vista o consumo de bens e serviços diversos em questão, a capital São Luís aparece com o percentual de 57,2% de capacidade de atração estadual⁵, seguida de Imperatriz (18,5%) com o segundo maior percentual e o maior para todo o sul do estado. (IBGE, 2020).

A composição da região, enquanto área que reflete aproximações e diferenciações, deve ser analisada a partir de sua base territorial. Nesse ponto, Imperatriz desempenha um papel relevante na constituição de parte expressiva dos municípios que compõem a Região Tocantina do Maranhão. Pode-se considerar as cidades como o motor da regionalização, uma vez que “o conhecimento da rede urbana leva diretamente à compreensão geográfica da situação regional” (Kayser, 1980, p. 300).

Ressalta-se que 18 dos 22 municípios que formam a Região Tocantina do Maranhão integraram anteriormente a área pertencente a Imperatriz. Isso sugere que, em alguma medida, historicamente “a formação da Região Tocantina se confunde com o próprio desenvolvimento do município de Imperatriz” (Oliveira; Silva, 2023, p. 215). Na Figura 8, abaixo, pode-se observar os desmembramentos territoriais que ocorreram na região a partir da cidade de Imperatriz.

Fundada em 16 de julho de 1852, a cidade de Imperatriz teve parte expressiva de sua base territorial desmembrada no decorrer dos anos. Entre 1920 e 1955, os municípios de Porto Franco, Amarante do Maranhão, Estreito e Montes Altos foram emancipados e elevados à categoria de cidade. Em seguida, em 1961, João Lisboa e Sítio Novo foram desmembrados de Imperatriz e, em 1981, foi a vez de Açailândia também se tornar uma cidade autônoma.

O maior desmembramento territorial ocorreu na década de 1990, iniciando em 1994, quando os municípios de Cidelândia, Davinópolis, Lajeado Novo, São Francisco do Brejão, São Pedro dos Crentes, Vila Nova dos Martírios, Campestre do Maranhão, São João do Paraíso e Feira Nova do Maranhão se separaram da unidade político-territorial de Imperatriz. No mesmo ano, Itinga do Maranhão se desvinculou de Açailândia. Dois anos depois, em 1996, foi a vez dos municípios de Buritirana, Ribamar Fiquene e Senador La

⁵ Os valores do IA foram convertidos em percentuais para facilitar o entendimento. Os demais municípios que apresentam expressividade nos dados são: Caxias (6,5%), Pinheiro (3,7%) e Açailândia, Balsas, Bacabal e Santa Inês (todas com percentual inferior a 3,7%). Para conferir a metodologia e o detalhamento do cálculo realizado para determinar o índice de atração, consultar as normas do REGIC (IBGE, 2020).

Rocque. Apenas Estreito, Carolina, Sítio Novo do Maranhão e Amarante do Maranhão não fizeram parte da área territorial de Imperatriz em algum momento.

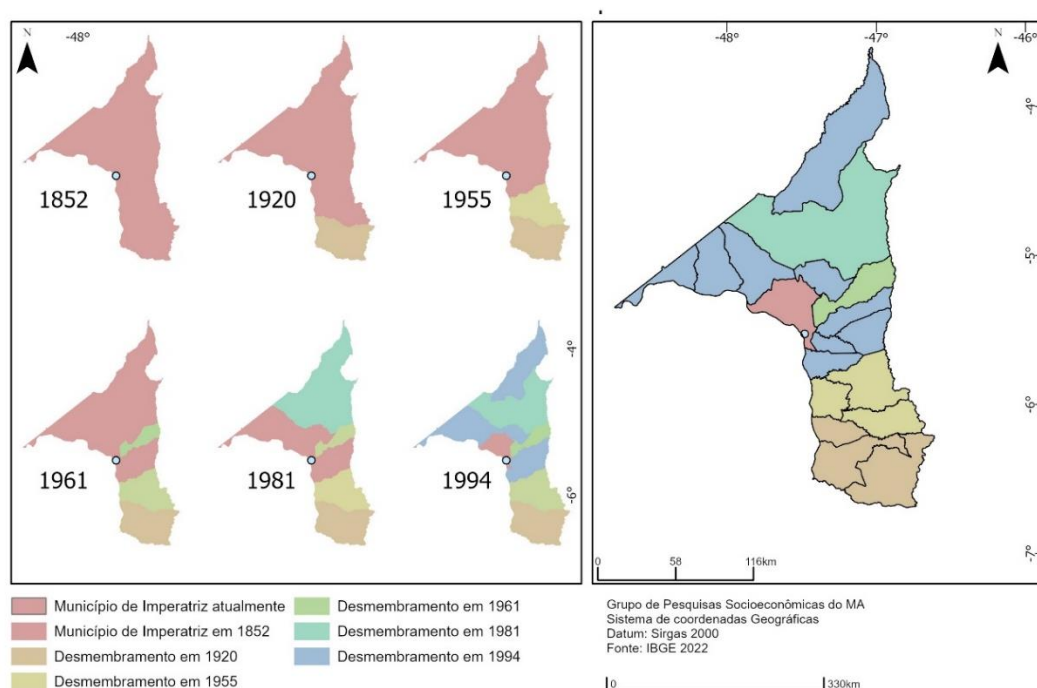


Figura 8 – Desmembramentos territoriais do município de Imperatriz, MA.

Fonte: IBGE (2022).

Elaboração: O autor (2025).

Todos os municípios resultantes dessas fragmentações atualmente fazem parte da região de influência de Imperatriz e sua rede urbana. Essa composição geográfica se deve não apenas aos fluxos de bens, capitais, mercadorias e pessoas em torno da centralidade de Imperatriz, mas também às relações históricas estabelecidas regionalmente, remetendo ao papel central da cidade no contexto urbano-regional.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As investigações aqui apresentadas abordam a composição da Região Tocantina do Maranhão ao longo do tempo, destacando sua estrutura regional em comparação com outras regionalizações propostas por órgãos estaduais e federais. Deve-se considerar as características e temporalidades próprias dessa região comparadas a outras divisões instituídas no decorrer dos anos, como, por exemplo, as Zonas Fisiográficas, Regiões Ecológicas, Microrregiões Geográficas, Microrregiões Homogêneas, Gerências Regionais, Regiões de Planejamento e Regiões Geográficas Imediatas.

Um dos maiores obstáculos à compreensão da Região Tocantina reside no fato de ela não ser oficialmente instituída. Embora não seja uma exigência, a adoção de critérios claros de regionalização facilitaria a compreensão das diversas dinâmicas e transformações dessa área ao longo da história. A Lei Estadual nº 10.525 menciona a região como uma área de abrangência institucional composta por 22 municípios. Esses mesmos municípios são incluídos nas Leis Estaduais Complementares nº 89/2005 e nº 204/2017, para a composição da Região Metropolitana do Sudoeste Maranhense.

O papel do Rio Tocantins na constituição da Região Tocantina do Maranhão deve ser compreendido a partir de sua toponímia, assumindo, assim, a condição de componente natural fundamental para a configuração regional. Ainda que atualmente não seja mais comum incluir Açailândia, Itinga do Maranhão e São Francisco do Brejão como membros dessa região – uma vez que, enquanto municípios autônomos, pertencem à Bacia do Rio Gurupi –, é importante destacar que, no passado, quando possivelmente surgiu a expressão “região tocantina”, todos esses municípios ainda integravam a unidade territorial de Imperatriz. Nesse sentido, a compreensão da formação territorial mostra-se essencial para o entendimento da constituição regional.

A ausência de municípios pertencentes à Bacia do Rio Tocantins, como Feira Nova do Maranhão, Riachão e São Pedro dos Crentes, na composição da Região Tocantina do Maranhão configura um aspecto que demanda investigação mais aprofundada. A mesma lógica se aplica à presença de Amarante do Maranhão e Sítio Novo do Maranhão na região, uma vez que ambos não integram a Bacia do Tocantins nem fizeram parte da antiga unidade territorial de Imperatriz no passado.

Em ambos os casos, acredita-se que a polarização imediata exercida por Imperatriz na rede urbana regional seja um fator determinante – pelo menos no caso do município de Amarante do Maranhão, que já está inserido na Região Geográfica Imediata de Imperatriz. Assim, enquanto principal centro urbano, a cidade consolida seu papel na constituição e articulação da região.

Por fim, destaca-se a importância deste estudo ao oferecer subsídios para a compreensão de uma das mais relevantes regiões do estado do Maranhão, cuja existência, apesar de expressiva, ainda carece de uma produção científica consolidada.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JR., D. M. O objeto em fuga: algumas reflexões em torno do conceito de região. **Fronteiras**, Dourados, v. 10, n. 17, p. 55-67, 2008.

ALVES, V. E. L.; NÓBREGA, M. L. C. Os novos desafios das populações agroextrativistas na Amazônia diante da instalação da empresa Suzano Papel e Celulose na região tocantina maranhense. **Espaço & Geografia**, v. 21, n. 1, p. 3-43, 2018.

BARROS, N. C. de. George Kimble e o artigo crítico região geográfica, um conceito inadequado: comentários introdutórios e tradução. **Revista Ecologias Humanas**, Paulo Afonso - BA, v. 10, n. 13, p. 1-19, 2024.

BOSCARIOL, R. A. Região e regionalização no Brasil: uma análise segundo os resultados do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM). In: MARGUTI, B. O.; COSTA, M. A.; PINTO, C. V. S. (Org.). **Territórios em números**: insumos para políticas públicas a partir da análise do IDHM e do IVS de municípios e das unidades da federação brasileira: livro 1. Brasília: IPEA, 2017. p. 185-208.

CONTEL, F. B. As divisões regionais do IBGE no século XX (1942, 1970 e 1990). **Terra Brasilis (Nova Série)**, São Paulo, n. 3, p. 1-20, 2014.

DI BITETTI, M. S.; PLACCI, G.; DIETZ, L. A. **Ecoregional Conservation Plan for the Atlantic Forest**: Final Report. Washington: World Wildlife Fund, 2003. 102p.

FRANKLIN, A. **Apontamentos e fontes para a história econômica de Imperatriz**. Imperatriz: Ética, 2008. 242p.

GALVÃO, M. V.; FAISSOL, S. Divisão regional do Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 4, p. 179-218, 1969.

HAESBAERT, R. **Regional-global**: dilemas da região e da regionalização na geografia contemporânea. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010a. 210p.

HAESBAERT, R. Região, regionalização e regionalidade: questões contemporâneas. **ANTARES**, n. 3. p. 1-23, 2010.

HAESBAERT, R.; PEREIRA, S. N.; RIBEIRO, G. **Vidal, vidais**: textos de geografia humana, regional e política. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. 464p.

HOOVER JR., E. M. **An Introduction to Regional Economics**. New York: Knopf, 1971. 360p.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Coordenação de Geografia. **Divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias**: 2017. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2100600>. Acesso em: 3 abr. 2025.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Coordenação de Geografia. **Regiões de influência das cidades**: 2018. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101728>. Acesso em: 4 abr. 2025.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Coordenação. **Sistema IBGE de Recuperação Automática**. Rio de Janeiro: IBGE, 2025. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/home/pms/brasil>. Acesso em: 4 abr. 2025.

IMESC. **Regiões de desenvolvimento do estado do Maranhão**: proposta avançada. São Luís: IMESC, 2020. 94p.

KAYSER, B. A região como objeto de estudo da geografia. In: GEORGE, P.; GUGLIELMO, R.; KAYSER, B.; LACOSTE, Y. **A Geografia ativa**. São Paulo: Difel, 1980. p. 279-321.

MAGNAGO, A. A. A divisão regional brasileira: uma revisão bibliográfica. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 57, n. 4, p. 65-92, 1995.

MARANHÃO. **Lei nº 7.356, de 29 de dezembro de 1998**. Dispõe sobre a reforma e reorganização administrativa do estado e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão: Poder Executivo, São Luís, ano 92, n. 249, p. 3, 30 dez.1998.

MARANHÃO. **Lei Complementar nº 089, de 17 de novembro de 2005**. Cria a Região Metropolitana do Sudoeste Maranhense, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão: Poder Executivo, São Luís, ano 99, n. 221, p. 1-3, 17 nov. 2005.

MARANHÃO. **Lei Complementar nº 108, de 21 de novembro de 2007**. Dispõe sobre a criação de Regiões para o Planejamento, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão: Poder Executivo, São Luís, ano 101, n. 224, p. 1-8, 21 nov. 2007.

MARANHÃO. **Lei Complementar nº 204, de 11 de dezembro de 2017**. Cria o Colegiado Metropolitano da Região Metropolitana do Sudoeste Maranhense, altera a Lei Complementar nº 089, de 17 de novembro de 2005, que cria a Região Metropolitana do Sudoeste Maranhense, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão: Poder Executivo, São Luís, ano 111, n. 230, p. 1-5, 12 dez. 2017.

OLIVEIRA, A. B.; SILVA, A. M. B. Desigualdades espaciais e difusão de covid-19 na região tocantina do Maranhão, Brasil. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 24, n. 92, p. 211-225, 2023.

OLIVEIRA, A. B.; PAZ, D. A. de S.; PEREIRA, A. M. Grandes projetos agro-minero-exportadores na inserção da silvicultura do eucalipto na Amazônia maranhense. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 22, n. 79, p. 219-231, 2021.

RIBEIRO, M. A. As redes geográficas sob a ótica analítica de Miossec. **Geo UERJ**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 10, p. 35-46, 2001.

RICHARDSON, Harry W. **Regional Growth Theory**. London: Macmillan, 1975. 264p.

SANTOS, E. O. **Economia da Região Tocantina do Maranhão**: uma realidade do século XXI. São Paulo: Dialética, 2024. 180p.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. São Paulo: EDUSP, 2005. 176p.

SOUSA, J. de M. **A cidade na região e a região na cidade**: a dinâmica socioeconômica de Imperatriz (MA) e suas implicações na região Tocantina. Imperatriz: Ética Editora, 2009. 318p.

SOUZA, M. L. de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa Sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2016. 320p.

VIVEIROS, J. de. **História do comércio do Maranhão**. 3. v. reedição fac-similar. São Luís: Litograf, 1992.

WALLACE, A. R. On the Geographical Distribution of Animals. **Proceedings of the Zoological Society of London. CAMBRIDGE UNIVERSITY PRESS**. Cambridge Library Collection - Zoology. Reimpressão, 2011.

Recebido: 20/06/2025

Aceito: 11/11/2025